

RESPOSTAS A PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 03/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 041/2026

OBJETO: a concessão da implantação, operação, gestão, manutenção e realização dos investimentos necessários à prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Município de Andradadas/MG, nos termos das características e especificações técnicas detalhadas no edital, contrato e respectivos anexos, para toda a área urbana da Sede do Município de Andradadas-MG, os distritos Campestrinho e Gramínea e os aglomerados São José da Cachoeira e Bairro Óleo.

A **COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**, designada por meio do Decreto Municipal nº 3.442, de 12 de março de 2026, no uso de suas atribuições, apresenta a resposta ao 6º pedido de esclarecimento solicitado por interessado, em conformidade com o previsto no edital de concessão. O esclarecimento prestado integra o conteúdo do EDITAL como se nele estivesse transcrito:

Número do esclarecimento	Item do Edital	Esclarecimento solicitado	Resposta
01	Item 3 do Estudo de Engenharia – Área da Concessão	Considerando que o item 3 do Estudo de Engenharia estabelece que a área da concessão compreende: (i) o perímetro urbano da sede municipal; (ii) os distritos de Campestrinho e Gramínea; (iii) os aglomerados do bairro Óleo e de São José da Cachoeira; (iv) os aglomerados rurais caracterizados pela existência de mais de 30 (trinta) unidades habitacionais concentradas em um raio de até 100 (cem) metros; bem como que “integram também a área da concessão, independentemente de regularização pelo Município, as áreas caracterizadas por ocupações, vilas, condomínios e assentamentos situadas no âmbito territorial abrangido pela	Sim, está correto, porém vale esclarecer que o estudo de engenharia não é vinculante ao contrato, devendo ser observado conforme o caderno de encargos.

		<p>concessão”;</p> <p>Considerando que a Figura 1 do Estudo de Engenharia (“Área de Abrangência da Concessão”) delimita área territorial significativamente ampla, aparentemente superior aos perímetros urbanos e aglomerados nominalmente identificados e contempla, conforme Tabela 1, diversos empreendimentos rurais, condomínios verdes, parcelamentos irregulares e demais ocupações dispersas;</p> <p>Considerando que a Lei Municipal nº 1.919/2019, alterada pela Lei Municipal nº 2.000/2021, estabelece critérios objetivos para inclusão de aglomerados rurais no escopo da concessão, notadamente a existência de mais de 30 (trinta) unidades habitacionais concentradas em um raio de até 100 (cem) metros; e que a definição do perímetro efetivo efetivo sujeito à obrigação de atendimento por rede pública impacta diretamente a estimativa de investimentos, custos operacionais, metas de expansão e adequada precificação das propostas:</p> <p>Entende-se que imóveis isolados, propriedades rurais dispersas e ocupações situadas dentro da área territorial indicada na Figura 1 do Estudo de Engenharia, mas que: (i) estejam fora dos perímetros urbanos da sede municipal, dos distritos e dos aglomerados expressamente identificados no item 3 do Estudo de Engenharia; e (ii) não atendam ao critério de mais de 30 (trinta) unidades habitacionais concentradas em raio de até 100 (cem) metros, não integram a área da concessão para fins de obrigação de atendimento por rede pública coletiva, podendo ser atendidos, quando tecnicamente viável e nos termos da legislação aplicável, por soluções individuais ou alternativas</p> <p>Está correto o entendimento?</p>	
02	Cláusula 12.1 da Minuta de Contrato; Item 3 do	<p>Considerando que o item 3 do Caderno de Encargos estabelece que aglomerados rurais que atingirem, organicamente, o critério de mais de 30 (trinta) unidades habitacionais concentradas em raio de até 100 (cem) metros serão "automaticamente incluídos na área de concessão sem ensejar reequilíbrio econômico- financeiro”;</p>	<p>Não está correto.</p> <p>De acordo com o art. 18-A da Lei federal nº 11.445/2007, o prestador dos serviços públicos (a Concessionária) é quem deve disponibilizar a infraestrutura de rede até os</p>

	<p>Anexo IV</p> <p>- Caderno de Encargos e item 27 do Anexo IX - Matriz de Risco</p>	<p>Considerando que, em todos os demais casos previstos no edital em que há expansão da área atendida, a obrigação de implantar a infraestrutura necessária é expressamente atribuída a terceiros: (i) para loteamentos e empreendimentos, a Cláusula 12.1 da Minuta de Contrato e a Cláusula 22.2.21 atribuem ao loteador/empreendedor a construção e ao Concedente a cessão à Concessionária; (ii) para áreas não regulamentadas (vilas, condomínios e assentamentos), o item 3 do Caderno de Encargos atribui ao empreendedor a implantação de toda a infraestrutura, cabendo à Concessionária, nesses casos, apenas a operação e a fiscalização técnica;</p> <p>Considerando que os documentos do edital não identificam, de forma expressa, quem é responsável pela implantação da infraestrutura primária necessária ao atendimento de aglomerados rurais que atingirem organicamente o critério de 30 (trinta) unidades habitacionais durante a vigência da concessão, sem que exista loteador, empreendedor ou ato formal do Município ao qual tal obrigação possa ser imputada;</p> <p>Entende-se que a expressão "automaticamente incluídos na área de concessão sem ensejar reequilíbrio econômico-financeiro" alcança a obrigação de a Concessionária operar e manter os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos referidos aglomerados (assim como ocorre nos demais casos de expansão territorial previstos no edital), mas não implica que a Concessionária deva implantar, às suas próprias expensas e sem qualquer mecanismo de compensação, a infraestrutura primária necessária ao atendimento desses núcleos.</p> <p>A obrigação de construir tal infraestrutura, ausente loteador ou empreendedor a quem atribuí-la, recai sobre o Poder Concedente, a quem incumbirá cedê-la à Concessionária nos termos da estrutura contratual vigente, sendo a Concessionária, nessa hipótese, responsável apenas pela subsequente operação e manutenção, sem reequilíbrio.</p> <p>Está correto esse entendimento?</p>	<p>respectivos pontos de conexão necessários à implantação dos serviços nas edificações. É obrigação do Poder Público delegar, e da concessionária assumir, nos limites do contrato, o ônus de prover o serviço e a infraestrutura a toda a população, obtendo o retorno dos seus investimentos mediante a cobrança de tarifas dos usuários.</p> <p>Conforme disposto no Caderno de Encargos, a Concessionária é responsável pela implantação, reforma e ampliação da infraestrutura do sistema de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em toda a área concedida, sendo dela o dever de realizar os investimentos e as obras necessários para alcançar as metas de universalização.</p>
--	--	--	---

03	Cláusulas 33.9 e 33.9.1 da Minuta de Contrato	<p>Considerando que a Cláusula 33.9 da Minuta de Contrato prevê que a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será apurada pelo método do Fluxo de Caixa Marginal, de modo que seja nulo o valor presente líquido dos fluxos projetados em razão do evento que ensejou o desequilíbrio;</p> <p>Considerando que a Cláusula 33.9.1 estabelece que a taxa de desconto real anual aplicável ao cálculo do valor presente será composta pela média diária dos últimos 12 (doze) meses, contados da data de materialização do evento que ensejou o desequilíbrio, da taxa bruta de juros de venda dos títulos públicos Tesouro IPCA + (NTN-B) com juros semestrais, capitalizada de um “spread ou sobretaxa equivalente a 137,61% a.a., base 252 dias úteis”, mediante aplicação da fórmula ali indicada;</p> <p>Considerando que a fórmula prevista na Cláusula 33.9.1 indica, para o cálculo do valor presente dos Fluxos de Caixa Marginais, a aplicação da expressão “$(1 + \text{NTNBs} \times \text{SPREAD})^n$”, o que evidencia que o percentual de 137,61% opera como fator multiplicador incidente sobre a taxa NTN-B apurada, e não como taxa autônoma de desconto:</p> <p>Entende-se que, para fins de cálculo da taxa de desconto aplicável ao Fluxo de Caixa Marginal, o percentual de 137,61% deve ser aplicado como fator multiplicador sobre a taxa NTN-B apurada na forma da Cláusula 33.9.1 - equivalente ao fator 1,3761 incidente sobre a taxa de referência. A título exemplificativo: caso a NTN-B considerada seja de 10% a.a., a taxa de desconto resultante corresponderia a 13,761% a.a.</p> <p>Está correto esse entendimento?</p>	Sim.
04	Itens 3.2; 4.1.3; 4.1.7; 7; 10.6; 10.7; 10.8; 10.9, 10.10 e 17 do Anexo VIII –	Considerando que o Anexo VIII – Diretrizes para Elaboração dos Fluxos de Caixa para Fins de Reequilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato estabelece que o fluxo de caixa deverá ser elaborado em base real, “com data-base do EVTE DA CONCESSIONÁRIA”, e que referida expressão é utilizada como referência metodológica em múltiplos itens do Anexo VIII para diferentes componentes do fluxo de caixa marginal (itens 3.2, 4.1.3, 4.1.7, 7, 10.6, 10.7, 10.8,	(i) Sim. (ii) Sim. (iii) Sim. (iv) Não. Eventuais divergências sobre as premissas do EVTE retroagem para alterar os parâmetros de reequilíbrio de eventos anteriores à sua aprovação formal.

	Diretrizes para Elaboração dos Fluxos de Caixa para Fins de Reequilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato	<p>10.9, 10.10 e 17);</p> <p>Considerando que a expressão “EVTE DA CONCESSIONÁRIA” não consta do Anexo X - Glossário e não é disciplinada nos demais documentos do edital, que não indicam seu conteúdo mínimo, data-base, forma de elaboração nem rito de aprovação;</p> <p>Considerando que o modelo de Proposta Comercial constante do Anexo III do Edital limita-se, essencialmente, à indicação do valor ofertado a título de outorga fixa e que o item 20.7 do Edital veda expressamente a inclusão de plano de negócios no Envelope 2 - Proposta Comercial, impossibilitando a apresentação do referido EVTE no âmbito desta licitação:</p> <p>Entende-se que: (i) o "EVTE DA CONCESSIONÁRIA" é o estudo de viabilidade elaborado pela Concessionária com base em suas próprias premissas econômico- financeiras, que fundamentaram a proposta vencedora; (ii) sua apresentação formal ocorrerá após a assinatura do contrato, em prazo e rito a serem definidos pelo Concedente ou pela Agência Reguladora; (iii) a revisão do Concedente e da Agência Reguladora limita-se à verificação de consistência com os documentos do edital, não sendo admissível a substituição das premissas da Concessionária por parâmetros definidos unilateralmente pelo Poder Público; e (iv) eventuais divergências sobre as premissas do EVTE não retroagem para alterar os parâmetros de reequilíbrio de eventos anteriores à sua aprovação formal.</p> <p>Estão corretos os entendimentos?</p>	
905	Preâmbulo do Edital e Minuta de Contrato	<p>Considerando que o preâmbulo do Edital e a Minuta de Contrato estabelecem que a regulação e a fiscalização dos serviços concedidos serão exercidas pela Agência Reguladora de Serviços Públicos de Casa Branca (ARESPCAB), entidade sediada no Estado de São Paulo;</p> <p>Considerando que o art. 23, §1º-A, da Lei Federal nº 11.445/2007 autoriza o titular dos serviços a aderir a entidade reguladora situada em outro Estado da Federação exclusivamente quando inexistir, no próprio Estado do titular, agência reguladora constituída que tenha</p>	<p>A formalização da delegação da regulação e fiscalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário à ARESPCAB consta de processo administrativo próprio.</p> <p>Não obstante, destaca-se, a título de esclarecimento, que, com o objetivo de se adequar à obrigatoriedade de designação de agência reguladora e fiscalizadora dos</p>

		<p>aderido às normas de referência da ANA, devendo ser priorizada, dentre as entidades qualificadas, aquela mais próxima da localidade do titular;</p> <p>Considerando que, conforme relação publicada pela ANA no âmbito da comprovação de atendimento às Normas de Referência dos Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário (edição 2025), constam como entidades reguladoras aderentes situadas no Estado de Minas Gerais a ARSAE- MG, a ARIS, a ARISB-MG e a ARSAMB1.</p> <p>Considerando que a presença de ao menos uma entidade reguladora constituída e aderente às normas de referência da ANA no Estado de Minas Gerais é condição suficiente para afastar a hipótese de inexistência prevista no art. 23,</p> <p>§1º-A, da Lei Federal nº 11.445/2007;</p> <p>Solicita-se esclarecer os fundamentos técnicos, jurídicos e regulatórios que justificaram a escolha da ARESPCAB para regular e fiscalizar a concessão, bem como informar se foram consultadas entidades reguladoras de Minas Gerais aptas a exercer essa atividade.</p>	<p>serviços de saneamento básico, o Município formalizou convênio de cooperação com a ARESPCAB em junho de 2025.</p> <p>A divulgação pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) da lista positiva das entidades reguladoras infranacionais (ERIs) que atenderam às Normas de Referência (NRs) verificadas no ciclo de comprovação de 2025 ocorreu em 22 de dezembro de 2025.</p> <p>Acrescenta-se que as agências indicadas pela empresa estão muito distantes da sede do Município de Andradadas, vejamos:</p> <p>ARSAE – Rodovia Papa João Paulo II, 4.001, Prédio Gerais, 2º andar, bairro Serra Verde – BH/MG, CEP 31.630-901, localizada a 500 km de Andradadas</p> <p>ARIS – Rua José dos Santos, 275, Centro, Viçosa/MG, CEP 36.570-135, localizada a 588 km de Andradadas;</p> <p>ARISB – Av. Álvares Cabral, 1.777, 3º andar, bairro Santo Agostinho, CEP 30.170-008, localizada a 481 km de Andradadas;</p> <p>ARSAMB – Av. Zita de Oliveira, 212, Centro, Ipatinga/MG, CEP 35.160-006, localizada a 694 km de Andradadas</p> <p>Obs: as distâncias foram obtidas por meio do Google Maps</p> <p>Já a ARESPCAB, sediada na Av. Antônio Silva Cunha Bueno, 21, Jardim Eldorado, Casa Branca/SP, CEP 13.700-00, está localizada a 78 km de Andradadas.</p> <p>Isto é, a fiscalização e acompanhamento por</p>
--	--	--	---

			<p>uma agência que, apesar de estar em outro estado, é muito mais próxima do Município, permite que a fiscalização e a regulação sejam feitos de forma satisfatória.</p> <p>Nesse sentido, o art. 23, §1º-A, da Lei federal nº 11.445/2007, foi devidamente cumprido, sendo dado prioridade para a agência reguladora infranacional mais próxima à localidade do titular dos serviços.</p>
06	<p>Item 7.2 do Edital; Cláusulas 8.7.1.3; 34.8 e 35.2 do Contrato; Cláusula 3.5, “i”, do Anexo VII</p>	<p>O item 7.2 do Edital e a Cláusula 35.2 do Contrato estabelecem o pagamento de 100% da outorga fixa como condição para a assinatura do instrumento convocatório.</p> <p>Paralelamente, o início da operação pela futura Concessionária, está condicionado à assinatura do Termo de Transferência do Sistema, o qual, por sua vez, depende da comprovação do pagamento ou do depósito judicial da indenização devida à atual prestadora, nos termos do art. 42, § 5º, da Lei Federal nº 11.445/2007 e da Cláusula 8.7.1 da minuta contratual;</p> <p>Ocorre que, quando há controvérsia judicial acerca do valor da indenização dos ativos não amortizados, surge risco relevante de descasamento econômico-financeiro e de imobilização antecipada de capital privado, com potencial “aprisionamento de capital” da adjudicatária. Em outras palavras, é dizer que a licitante vencedora pode ser obrigada a desembolsar valores significativos, como é o caso da Outorga Fixa, antes de assumir efetivamente o sistema, iniciar a operação e gerar receitas, ficando exposta a atrasos decorrentes de discussão indenizatória entre o Poder Concedente e a prestadora anterior.</p> <p>Assim, o Anexo VII – Minuta Referencial do Contrato de Administração de Contas, em sua Cláusula 3.5, “i”, já reconhece que o Município somente fará jus ao recebimento da Outorga Fixa após a emissão do Termo de Transferência, devendo os recursos permanecerem retidos na Conta Vinculada até a implementação desse marco.</p>	<p>(i) Não. Nos termos do item 7.2 do edital, a OUTORGA FIXA, cujo valor será aquele ofertado pela PROPONENTE vencedora, considerando o valor mínimo indicado no item Erro! Fonte de referência não encontrada. e o ágio apresentado em sua proposta final, após a sessão de lances, deverá ser paga ao CONCEDENTE, nos termos do CONTRATO, sendo que o pagamento de 100% (cem por cento) do valor da OUTORGA FIXA, em CONTA VINCULADA, é condição de assinatura do CONTRATO.</p> <p>(ii) Não. Nos termos do item 8.7.1. do contrato de concessão, o TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA somente será assinado após a comprovação de pagamento integral, pela CONCESSIONÁRIA, da INDENIZAÇÃO à ATUAL PRESTADORA dos serviços de abastecimento de água, devida em razão dos investimentos não amortizados, no valor de R\$12.167.221,33 (doze milhões, cento e sessenta e sete mil, duzentos e vinte e um reais e trinta e três centavos), na data base de 30/09/2025. Caso o valor indicado na subcláusula 0 seja controverso, o pagamento da INDENIZAÇÃO pela CONCESSIONÁRIA</p>

	<p>Além disso, o art. 42 da Norma de Referência ANA nº 03/2023 dispõe que, na hipótese de incerteza ou dissenso acerca do valor devido a título de indenização, os valores provenientes de recursos de outorga e destinados à indenização poderão ser depositados em juízo pelo licitante vencedor, em conta exclusiva, até que decisão final seja proferida.</p> <p>Verifica-se, portanto, que tanto a lógica contratual quanto a disciplina regulatória setorial convergem no sentido de admitir que os recursos da Outorga Fixa permaneçam vinculados à solução da controvérsia indenizatória até a efetiva transferência do sistema, justamente para evitar que a indefinição acerca do quantum devido à atual prestadora comprometa a continuidade do procedimento licitatório, a assunção dos serviços pela futura Concessionária ou a própria sustentabilidade econômico-financeira do projeto.</p> <p>Diante do exposto, e com vistas a evitar que a controvérsia indenizatória impeça ou retarde o início da operação, compreende-se que:</p> <p>(i) Para mitigar o risco de desembolso financeiro antecipado sem a correspondente contraprestação, isto é, sem a efetiva assunção do sistema e sem início da geração de receitas, o depósito da Outorga Fixa na Conta Vinculada poderá ocorrer de forma sincronizada com o pagamento ou depósito judicial da indenização à COPASA e com a emissão do Termo de Transferência do Sistema, e não de forma dissociada, na assinatura do Contrato.</p> <p>Tal interpretação preserva a racionalidade econômica do Anexo VII, que impede o levantamento dos recursos pelo Município antes da transferência do sistema, e evita a imobilização prematura de capital privado em cenário no qual ainda não estariam implementadas as condições necessárias à assunção dos serviços pela futura Concessionária.</p> <p>(ii) Eventual diferença entre o valor indenizatório previsto no Edital e o valor necessário ao pagamento ou depósito judicial para viabilizar a transferência do sistema deverá ser custeada com recursos da própria Outorga Fixa já depositada pela adjudicatária, conforme autorizado pelo art. 42 da NR ANA nº 03/2023, sem</p>	<p>à ATUAL PRESTADORA do serviço de abastecimento de água deverá ser depositado, em moeda corrente, em juízo, nos autos de ação judicial a ser indicada pelo CONCEDENTE. Caso o valor da INDENIZAÇÃO à ATUAL PRESTADORA dos serviços de abastecimento de água seja designado em valor inferior ao indicado na subcláusula 0, a diferença será depositada na CONTA VINCULADA. Caso o valor da INDENIZAÇÃO à ATUAL PRESTADORA dos serviços de abastecimento de água seja designado em valor superior ao indicado na subcláusula 0, o valor será pago pela CONCESSIONÁRIA, sendo devido o reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.</p> <p>(iii) Não. O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato será realizado com base nas disposições do contrato de concessão, em especial nos capítulos 33 e 34.</p>
--	---	--

		<p>necessidade de aporte adicional pela futura Concessionária.</p> <p>Tal mecanismo poderia ocorrer mediante retenção, segregação, vinculação específica ou depósito judicial de parcela da Outorga Fixa, até o limite do valor indenizatório judicialmente controvertido, preservando-se a neutralidade de caixa da futura Concessionária e evitando que a controvérsia sobre o quantum devido à COPASA impeça ou retarde a transferência do sistema.</p> <p>(iii) Levando em consideração que a Cláusula 8.7.1.3 do Contrato garante à futura Concessionária o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro caso o valor final da indenização à COPASA seja superior ao estimado no Edital; bem como que a Cláusula 34.8 da Minuta de Contrato confere ao Concedente a discricionariedade na escolha do mecanismo de recomposição, especificamente para este risco de transição, o reequilíbrio será implementado, necessariamente, por encontro de contas, mediante a compensação definitiva (abatimento) sobre o montante total da outorga fixa devida ao Município.</p> <p>Estão corretos os entendimentos?</p>	
07	<p>Itens 21.11.2 e 21.11.2.1 do Edital</p> <p>– Qualificação Técnico-Operacional</p>	<p>Considerando que o item 21.11.2 do Edital exige a comprovação de que a PROPONENTE tenha se responsabilizado pela realização de investimentos, na modalidade Project Finance ou Corporate Finance, em projetos de infraestrutura de saneamento, com “retorno de longo prazo (assim considerado o prazo mínimo de 05 anos)”, compreende-se que tal expressão deve ser interpretada como referência ao horizonte econômico-financeiro do investimento, isto é, ao período projetado de comprometimento do capital e de maturação do respectivo retorno, e não como exigência de que já tenham transcorrido, na data da comprovação, ao menos 05 anos desde a realização do aporte.</p> <p>Nesse sentido, o aporte de capital próprio realizado por acionista em Sociedade de Propósito Específico constituída exclusivamente para a execução de contrato de concessão pública dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, cujo prazo contratual é de 35 anos, atende ao requisito de “retorno de longo prazo”, uma vez que o horizonte econômico-financeiro do</p>	<p>A comprovação do requisito temporal referente ao retorno de longo prazo não exige o decurso efetivo de 05 anos contados da data do aporte. O aporte de capital próprio realizado por acionista em Sociedade de Propósito Específico constituída exclusivamente para a execução de contrato de concessão pública dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, cujo prazo contratual é de 35 anos, atende ao requisito de “retorno de longo prazo”, uma vez que o horizonte econômico-financeiro do investimento está vinculado ao prazo da concessão e supera o prazo mínimo de 05 anos previsto no Edital.</p> <p>A comprovação desse requisito pode se dar</p>

		<p>investimento está vinculado ao prazo da concessão e supera substancialmente o prazo mínimo de 05 anos previsto no Edital.</p> <p>Em outras palavras, é dizer que o requisito temporal previsto no Edital estaria satisfeito pela natureza e pelo prazo de maturação do investimento assumido, e não condicionado ao decurso efetivo de 05 anos contados da data do aporte.</p> <p>Compreende-se, ainda, que a comprovação desse requisito poderia se dar pela apresentação de: (i) ata de constituição e contrato social da SPE, demonstrando o aporte de capital próprio pelo acionista; (ii) contrato de concessão, demonstrando o prazo de 35 anos e a natureza do empreendimento em infraestrutura de saneamento básico; e (iii) documentos contábeis ou financeiros que comprovem o montante investido, devidamente atualizado pelo IPCA/IBGE, conforme item 21.11.2.1 do Edital.</p> <p>Estão corretos os entendimentos?</p>	<p>pela apresentação conjunta de: (i) ata de constituição e contrato social da SPE, demonstrando o aporte de capital próprio pelo acionista; (ii) contrato de concessão, demonstrando o prazo de 35 anos e a natureza do empreendimento em infraestrutura de saneamento básico; e (iii) documentos contábeis ou financeiros que comprovem o montante investido, devidamente atualizado pelo IPCA/IBGE, conforme item 21.11.2.1 do Edital. Deverão ser atendidas as demais disposições do edital.</p>
--	--	---	--

Andradas, Minas Gerais, 03 de junho de 2026.

Cláudio Junior Araújo

Membro da Comissão Julgadora